



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 04/2009

1 Aos 24 dias do mês de setembro do ano de 2009, no horário das 14h, na sala de reuniões
2 do 5º andar da Unidade Catequese da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à
3 Rua Catequese, 242, Centro, Santo André, realizou-se a IV sessão ordinária do
4 Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano em curso, previamente convocada
5 e presidida pelo professor Adalberto Fazzio, reitor, com a presença dos seguintes
6 participantes: Alexandre Reily Rocha, pró-reitor de pesquisa; Armando Caputi,
7 representante docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC);
8 Armando Zeferino Milioni, vice-reitor; Carlos Alberto Kamienski, representante
9 docente do CMCC; Edson Gomes da Silva, representante suplente dos técnico-
10 administrativos; Elaine Cristina Silva dos Santos, representante discente da pós-
11 graduação; Felipe Cesar Torres Antonio e Fernanda Toscano Bloise, representantes
12 discentes da graduação; Gilberto Martins, diretor do Centro de Engenharia, Modelagem
13 e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Guiou Koyabashi, pró-reitor de extensão;
14 Gustavo Adolfo Galati de Oliveira, representante dos servidores técnico-
15 administrativos; Hélio Waldman, pró-reitor de graduação; Luis Paulo Barbour Scott,
16 diretor adjunto do CMCC; Luiz de Siqueira Martins Filho, representante docente do
17 CECS; Marcela Sorelli Carneiro Ramos, representante docente do Centro de Ciências
18 Naturais e Humanas (CCNH); Marcelo Augusto Leigui de Oliveira, diretor do CCNH;
19 Marcos Roberto da Silva Tavares, representante docente do CCNH; Maurício Bianchi
20 Wojslaw, substituto em exercício do pró-reitor de administração; Reginaldo Fracasso,
21 procurador federal; Ricardo de Sousa Moretti, substituto em exercício do pró-reitor de
22 planejamento e desenvolvimento institucional; Roberto Menezes Serra; substituto em
23 exercício do pró-reitor de pós-graduação; Sidney Jard da Silva, chefe de gabinete.
24 Convidados: Marcelo Modesto da Silva, vice-presidente da CPPD. Ausentes: Alaor
25 Chaves, representante da comunidade civil; Eduardo de Moraes Gregores, pró-reitor de
26 pós-graduação; Eloísa Helena da Silva Quitério, secretária geral; James Moraes de
27 Almeida, representante discente da pós-graduação; Jesus Franklin Andrade Romero,
28 representante docente do CECS; José Carlos Rodrigues Silva, pró-reitor de
29 administração; Rafael Marques da Silva Junior, representante da comunidade civil;
30 Ricardo Luis Patroni, representante dos técnico-administrativos; Ricardo Siloto da
31 Silva, pró-reitor de planejamento e desenvolvimento institucional e Valdecir Marvulle,
32 diretor do CMCC. Apoio: Marcela dos Santos e Soraya Aparecida Cordeiro de Macedo,
33 assistentes em administração da Secretaria Geral. Havendo quorum legal, o magnífico
34 reitor, após cumprimentar os presentes, abre a sessão. Professor Moretti solicita a
35 retirada de pauta do 5º item da Ordem do Dia, “Plano de Desenvolvimento
36 Institucional”, sob a alegação de que seria interessante que o pró-reitor de planejamento
37 e desenvolvimento institucional acompanhasse as discussões. O ConsUni aprova a
38 solicitação. O 1º item do Expediente, “Regimento da Comissão Interna de Supervisão –
39 CIS” foi retirado de pauta por não haver necessidade de aprovação pelo ConsUni. O
40 assunto passou a fazer parte dos “Comunicados dos Conselheiros”. A servidora Lúgia
41 Gomes, coordenadora da CIS, explica que a natureza dessa Comissão é apenas de
42 fiscalizar as ações realizadas pelos órgãos executivos da UFABC perante a legislação
43 vigente, e que o documento foi encaminhado aos Conselheiros apenas a título de
44 conhecimento. Professor Fazzio solicita que os informes do reitor e dos conselheiros



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 04/2009

1 sejam apresentados ao final da sessão. Ordem do Dia: Aprovação da ata da III sessão
2 ordinária, realizada em 28 de julho de 2009 e da ata da II sessão extraordinária,
3 realizada em 11 de agosto de 2009. Ambas foram aprovadas, sem alterações, por
4 unanimidade. Aprovação da ata da III sessão extraordinária, realizada em 19 de agosto
5 de 2009. Aprovada, sem alterações, com uma abstenção. Relatório de atividades de
6 2008. O relator, professor Gilberto Martins, comenta que a matéria foi apresentada no
7 Expediente da II sessão extraordinária do ConsUni, pelos pró-reitores, prefeito
8 universitário e coordenadora do Núcleo de Tecnologia e Informação. Esclarece que
9 conforme Art. 19, inciso VII do Estatuto da UFABC, cabe ao ConsUni, aprovar o
10 relatório anual de atividades. Trata-se, entretanto, da primeira submissão de um
11 documento dessa natureza ao ConsUni, não havendo, portanto, referências a serem
12 seguidas. Ressalta a importância da tramitação deste documento neste Conselho pela
13 transparência do processo de gestão que este fato denota. A primeira observação que
14 surge da análise do material é que não consta do mesmo o relatório de atividades dos
15 Centros, documento este que foi entregue no início de 2009. Contudo ressalta que as
16 informações contidas nesses relatórios foram incorporadas no documento final. São
17 apresentadas no documento as principais ações e realizações das Pró-reitorias,
18 Prefeitura Universitária, Procuradoria Jurídica, Secretaria Geral, NTI, Biblioteca e
19 Auditoria Interna. O documento apresenta ainda o histórico e atividades dos Núcleos de
20 Ciência, Tecnologia e Sociedade e de Cognição e Sistemas Complexos. Apresenta
21 algumas sugestões, tais como: homogeneizar o texto, colocando na página 4, última
22 linha: Ricardo Siloto da Silva (a partir de novembro); na página 8, no penúltimo
23 parágrafo, a explicitação de servidores administrativos e docentes; na tabela 1 da página
24 11, organizar em ordem alfabética: inverter Aeroespacial com Ambiental e Urbana e de
25 Informação antes de Instrumentação, Automação e Robótica; na página 13 explicitar
26 melhor a que se referem os números 818 e 2239 e 1876 e 1181, que somam 3057, mas
27 não fazem nenhuma referência aos 8424 inscritos no processo seletivo. Ressalvas
28 apenas ao setor de Auditoria, que, nas páginas 54 e 55 apresentou especificidades pouco
29 relevantes para um relatório de atividades a ser aprovado por um Colegiado Superior.
30 Considerando ser este o primeiro processo dessa natureza apresentado ao ConsUni, este
31 relator é favorável à aprovação do mesmo com os destaques apontados. Sugere ainda a
32 publicação no site da UFABC, junto à versão aprovada deste documento, os relatórios
33 de atividades dos Centros, aprovados pelos seus respectivos Conselhos. Abre-se para
34 discussão. Professor Caputi comenta que o documento consolida a questão da
35 transparência, mas recorda a importância do endosso do ConsUni às atividades
36 realizadas e pelo fato de ser o 1º documento nesse sentido, opina que o parecer deveria
37 ter o caráter mais meritório, tanto do ponto de vista do conteúdo quanto de sua
38 abrangência. Propõe que essas reflexões sejam consideradas para os próximos
39 relatórios, para que não haja excessos ou faltas e cita alguns pontos os quais considerou
40 problemáticos, sendo: a) o fato de as pró-reitorias relatarem suas áreas de uma forma
41 geral e não enfocarem nas ações propriamente ditas; b) algumas áreas apresentarem
42 contas, outras não; c) não constar do relatório, o processo de implantação do SIE, por
43 exemplo. Assim, propõe que o assunto volte na próxima sessão ordinária, com a
44 reformulação do relato. Professor Gilberto afirma que o relato foi bastante breve;



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 04/2009

1 concorda que deveria ter entrado mais no mérito da questão, mas solicita o registro em
2 ata quanto à solicitação de que os relatores sejam indicados tão logo os assuntos sejam
3 discutidos no Expediente para que haja tempo suficiente para a elaboração das
4 relatorias. Professor Moretti esclarece que o relatório de atividades foi baseado no
5 conteúdo que está descrito no Regimento Geral. Concorde com professor Caputi quanto
6 à revisão do conteúdo, porém sugere que possíveis diretrizes sejam consideradas para os
7 próximos relatórios, ao que professor Caputi concorda em parte, pois opina que há
8 pontos, neste relatório, que deveriam ser alterados e assim a votação ocorreria na
9 próxima sessão ordinária deste Conselho. Professor Milioni questiona se a proposta do
10 professor Caputi é secundada, ao que há manifestações. Professor Fazzio concorda com
11 alguns pontos, considerando que esse tipo de documento deve proporcionar discussões
12 para as práticas no futuro. Relata que desconhece o processo relacionado ao SIE e
13 apesar dos problemas, acredita que o contrato foi elaborado nas melhores das intenções.
14 Encaminha para votação a sugestão para o assunto voltar na próxima sessão.
15 Favoráveis: 4. Contrários: 10. Abstencões: 3. Encaminha o relatório apresentado com as
16 sugestões da relatoria. Favoráveis: 12. Contrários: 2. Abstencões: 3. Professor Caputi
17 declara que seu voto contrário deve-se aos argumentos que apresentou há pouco.
18 Professor Kamienski solicita esclarecimento por parte do procurador no sentido de que a
19 aprovação do relatório não significa o endosso de todas as atividades ali constantes, ao
20 que Dr. Reginaldo esclarece que o relatório objetiva dar ciência acerca das atividades
21 realizadas pelas diversas áreas em 2008 e que a responsabilidade pelos atos
22 administrativos praticados compete aos ordenadores de despesas. Segue-se para Plano
23 de Desenvolvimento Institucional (PDI). Professor Moretti informa que professor
24 Ricardo Siloto não pôde estar presente por problemas pessoais, portanto, solicita que o
25 assunto seja retirado de pauta para ser contemplado na sessão extraordinária que
26 ocorrerá no próximo dia 29. O Conselho acata a solicitação. Regimento Eleitoral para
27 escolha do reitor e vice-reitor. Professor Armando Caputi tece algumas observações
28 quanto ao seu relato. A primeira está relacionada à Legislação Federal, mais
29 especificamente, a interpretação da Nota Técnica nº 448/2009 –
30 CGLNES/GAB/SESu/MEC. Considera que este não é um processo democrático no
31 sentido de restringir a escolha por intermédio do Colégio Eleitoral, o que também, em
32 sua opinião, fere a autonomia universitária, pois impõe como deve ser feita a eleição.
33 Comenta que, em seu relato, sugeriu a possibilidade de haver inscrições por chapa e
34 logo em seguida o voto uninominal. Lê alguns trechos de seu relato: “[...] *Muito mais do*
35 *que uma escolha de nomes, o processo eleitoral é uma escolha de projetos. É um*
36 *momento em que a universidade repensa a si mesma, consolidando ou redefinindo*
37 *princípios e diretrizes que nortearão suas ações no futuro próximo. A essência de uma*
38 *candidatura a Reitor e/ou Vice-reitor (melhor seria dizer uma candidatura à Reitoria)*
39 *está na visão de universidade que tal candidatura propõe e defende mais do que nos*
40 *nomes que a compõem. [...] Uma candidatura que apresenta um projeto para a*
41 *universidade, consolidado a partir de determinados princípios e de uma determinada*
42 *visão sobre a educação superior, é naturalmente submetida na forma de chapa. Um*
43 *projeto de tal porte também deve prever a sua operacionalidade, donde torna-se salutar*
44 *a apresentação, no momento da inscrição da candidatura, da equipe de pró-reitores*



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 04/2009

1 *que daria início à execução de tal projeto. [...] Diante do exposto, indicamos a este*
2 *Conselho: 1.Solicitar à Reitoria a incorporação do regulamento das eleições para vice-*
3 *reitor nesta mesma normativa que regulamenta as eleições para reitor; 2.Aprovar que*
4 *os processos eleitorais para a escolha de reitor e vice-reitor sejam concomitantes,*
5 *entendendo com isso: o período de inscrições de candidatos é o mesmo para ambos os*
6 *processos; as consultas à comunidade em cada processo constituem um ato único,*
7 *mesmo produzindo resultados independentes; as eleições para cada cargo no Colégio*
8 *Eleitoral serão realizadas na mesma sessão deste, de forma independente, iniciando*
9 *pela de reitor, seguida da eleição para vice-reitor; a nomeação do vice-reitor a partir*
10 *da lista tríplice elaborada pelo Colégio Eleitoral dar-se-á somente após a nomeação e*
11 *posse do reitor eleito; 3.Aprovar a forma de inscrição dos candidatos conforme*
12 *disposto acima; 4.Excluir a possibilidade de prorrogação do período de inscrições dos*
13 *candidatos para efeito da Consulta Democrática; 5.Adequar o cronograma conforme*
14 *proposto acima; 6.Alterar a redação do Item 5.2 conforme sugestão acima; 7.Adotar a*
15 *expressão “Consulta Democrática” ao invés de “consulta prévia”; 8.Acrescentar um*
16 *item à Seção 5 (Da consulta prévia), que trate da incumbência da Comissão Eleitoral*
17 *de divulgar a lista dos eleitores aptos a votar; 9.Incorporar à Seção 7 (Da sessão do*
18 *Colégio Eleitoral) as sugestões arroladas acima no que tange ao procedimento formal*
19 *para início da sessão do Colégio Eleitoral; 10.Corrigir o texto da minuta no sentido de*
20 *recolocar a atual seção 9 (Da campanha eleitoral) em seção adequada.[...]”. Professor*
21 *Caputi segue tecendo comentários acerca do item 2.4 que trata da fórmula para*
22 *computação dos votos na Consulta Democrática. Informa que já foram incorporados*
23 *alguns destaques na respectiva Resolução. Professor Milioni agradece ao professor*
24 *Caputi pelo relato e esclarece que a Reitoria retira a proposta original encaminhada na*
25 *pauta e endossa esta nova proposta. Professor Marcos Tavares questiona o relator acerca*
26 *do parecer apresentado, ao que professor Caputi explica que discorda da escolha para*
27 *reitor e vice-reitor ser de forma separada. Acredita que, na essência, há que ser uma*
28 *eleição em chapa. Comenta ainda que, com relação a carta de apresentação, esta deve*
29 *ser feita pelo candidato à reitor e endossada pelo candidato à vice-reitor em questão.*
30 *Professor Kamienski, apesar de ser favorável à ideia da elaboração dessa carta,*
31 *considera ser a imposição desta, uma atitude anti-democrática. O representante dos*
32 *técnico-administrativos, Gustavo não concorda com o nome “democrático”; considera*
33 *que o quociente da fórmula deve ser calculado sobre os eleitores e não sobre os*
34 *votantes, e sugere que os índices da fórmula sejam multiplicados por 100 para facilitar a*
35 *visualização. Professor Caputi concorda com a opinião do representante Gustavo quanto*
36 *ao nome “democrático”, aceitando retirá-lo de sua proposta, mas considera o termo*
37 *“consulta à comunidade” inadequado. Concorda com a opinião do professor Kamienski*
38 *quanto à elaboração da carta, mas pondera que se o candidato não quiser assumir*
39 *compromissos, não deve se inscrever, por entender que a intenção da carta é justamente*
40 *recuperar um pouco o caráter democrático do processo. A representante discente da*
41 *graduação, Fernanda, opina que a UFABC deveria se ater à sua autonomia universitária*
42 *no que tange às eleições para reitor. É favorável à eleição paritária e propõe a mudança*
43 *dos pesos da equação para 33,33% para cada categoria. Professor Fazzio reflete acerca*
44 *do conceito da “democracia”. Coloca em dúvida a questão da paridade para essa*



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 04/2009

1 questão; defende que a universidade deve servir a comunidade, mas também deve levar
2 em consideração o mérito. Exemplifica situações semelhantes em outros países em que
3 são utilizados, para escolha de reitores, comitês de busca, já que o novo reitor deverá ser
4 alguém experiente e comprometido com os ideais da UFABC, devendo nossa
5 universidade se debruçar sobre esse tema futuramente. Professor Milioni endossa e
6 compartilha de todas as observações feitas pelo professor Fazzio. Segue-se para a
7 votação das propostas, já secundadas. A primeira apreciada é a do professor Kamienski
8 que propõe a retirada da carta de apresentação; a segunda, do professor Marcos, a
9 entrega da carta será opcional. Encaminhadas para votação da seguinte forma: a) manter
10 o texto original (carta como documento obrigatório): favoráveis: 5; b) deixar a entrega
11 da carta como opcional: favoráveis: 11. c) retirar a menção da carta de apresentação:
12 favoráveis: 2. Abstencões: 1. As propostas para mudança da nomenclatura da consulta
13 como sendo “consulta à comunidade” e a multiplicação dos índices da fórmula por 100,
14 foram aprovadas por unanimidade. Encaminha para votação a proposta da discente
15 Fernanda, quanto à paridade da fórmula, sendo 33,33% para cada categoria: favoráveis
16 2. Abstencões: 2. Proposta rejeitada. Acerca do item 2.4 do documento da relatoria que
17 trata da fórmula para computação dos votos na Consulta Democrática, Dr. Reginaldo
18 entende que o peso pode ser aplicado sobre o número de votantes. Professor Fazzio
19 encaminha para votação as propostas: 1) denominador sendo os eleitores: favoráveis:
20 15; 2) denominador sendo apenas os votantes: favoráveis: 4. Encaminha para votação o
21 documento com os destaques: favoráveis: 16; contrários: 2; abstencões: 1. Professor
22 Milioni sugere que seja definida a metodologia para a escolha da Comissão Eleitoral.
23 Professor Caputi é contrário a essa discussão, uma vez que a mesma não consta da
24 pauta. Professor Milioni recorda que a composição está definida no subitem 1.1 do
25 anexo da Resolução. Professor Gilberto é favorável que os Conselhos de Centro sejam
26 ouvidos; proposta esta secundada pelo professor Marcos. Professor Milioni encaminha
27 para votação a seguinte proposta para a composição da Comissão Eleitoral: a) 3
28 docentes: indicados pelos respectivos Conselhos de Centro; b) 1 discente da graduação:
29 indicado pelo DCE; c) 1 discente da pós-graduação: indicado pelos membros da
30 categoria no ConsUni; d) 2 técnico-administrativos: indicados pelos membros da
31 categoria no ConsUni. Proposta aprovada por unanimidade. Definiu-se que o prazo para
32 encaminharem as indicações será no dia 13 de outubro de 2009. Segue-se para:
33 Comissão para Assuntos de Natureza Orçamentária e Administrativa (CANOA). O
34 relator, professor Luiz Martins, apresenta parecer favorável à aprovação da Comissão,
35 porém sugere algumas alterações na minuta de Resolução. Comenta que a Comissão
36 tem por objetivo o aprofundamento nas questões de ordem orçamentária, pessoal e
37 infraestrutura, o que amenizará as discussões em torno desses assuntos no ConsUni. É
38 contrário à sigla: CANOA. Sugere modificações no Art. 2º, parágrafo 2º, sendo: “[...] a
39 juízo de seu Presidente.”, passa a ser: “[...] a juízo do ConsUni.”; sugere ainda que a
40 composição da Comissão seja ampliada no Art. 3º, inciso VII para 1 docente de cada
41 Centro. Professor Fazzio sugere substituir para o reitor ao invés do vice-reitor. Professor
42 Kamienski sugere a mudança do termo “convocar” por “convidar” no Art. 5º, pois
43 parece conflitante com o verbo seguinte: colaborar. Professor Fazzio opina que a
44 intenção é, de fato, convocar. O representante dos técnico-administrativos, Gustavo,



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 04/2009

1 solicita a retirada da obrigatoriedade de os servidores técnico-administrativos serem
2 membros do ConsUni; proposta secundada pelo professor Marcos, que solicita que a
3 proposta se estenda aos docentes. Professor Caputi defende que sejam do ConsUni, mas
4 somente quando este Conselho for composto por um maior número de membros. A
5 representante discente da graduação, Fernanda, sugere uma representação discente da
6 pós-graduação. Professor Moretti recorda que a intenção era manter a comissão
7 pequena, ao que professor Milioni concorda, pondera que é preciso dar autonomia à
8 CANOA, e é favorável que a Comissão seja composta pelos membros deste Conselho.
9 Professor Marcos retira seu apoio à proposta do representante Gustavo. Professor
10 Fazzio encaminha para votação: a) supressão do parágrafo 2º do Art. 2º: favoráveis: 4;
11 contrários: 13; abstenções: 1. b) mudança da composição para reitor ao invés de vice-
12 reitor: aprovado por unanimidade. c) mudança na composição para um docente de cada
13 centro sendo membros do ConsUni: favoráveis: 3; contrários: 13; abstenções: 5.
14 Declaração de voto contrário do professor Gilberto, por entender que o docente
15 representa a categoria e não um único Centro. d) supressão do Art. 5º: aprovado por
16 unanimidade. e) aumento da composição incluindo um aluno de pós-graduação:
17 favoráveis: 8; contrários: 8; o voto de desempate coube ao presidente do Conselho que
18 foi favorável à proposta. Proposta aprovada. Professor Fazzio solicita o registro em ata
19 para que as Resoluções aprovadas, nessa sessão, sejam encaminhadas à Comissão de
20 Leis e Normas do ConsUni, para revisão de texto. Sugere ainda que no Art. 4º, seja
21 incluído o quorum para a realização das reuniões da CANOA, sendo necessária a
22 presença de, pelo menos, 70% de seus membros. Encaminha a proposta para votação:
23 Aprovada com 1 voto contrário. Encaminha para votação, o documento com as
24 alterações sugeridas e aprovadas. Aprovado por unanimidade. Os membros serão
25 anunciados na IV sessão extraordinária. Professor Milioni sugere que no caso dos
26 docentes, o representante não seja membro da CLN, ao que todos concordam. Segue-se
27 para os itens: Cursos de Especialização em “Ciência e Tecnologia (C&T)” e
28 “Tecnologias e Sistemas de Informação (TSI)”, ambos na modalidade EaD/UAB. O
29 relator, professor Marcelo Leigui, informa que o Ministério da Educação (MEC) possui
30 uma estratégia bastante ampla no que tange o ensino à distância, inclusive as estruturas
31 e tecnologias desenvolvidas para os cursos em questão poderão ser utilizadas de forma
32 complementar nas aulas presenciais da graduação. Ressalta, em especial aos
33 representantes discentes, que a criação dos referidos cursos não implicará na conversão
34 da graduação para a modalidade à distância. Acerca do constrangimento citado em
35 discussões anteriores, por conta da proposta não ter sido aprovada antecipadamente
36 pelos Conselhos Deliberativos, informa que o mesmo equívoco ocorreu na maioria das
37 universidades participantes e julga que os professores possuem autonomia para
38 concorrer em qualquer edital por agências de fomento, como no caso em questão. Em
39 seu parecer, recorda o histórico da proposta, citando a aprovação dos referidos cursos,
40 com sugestões dos assessores *ad hoc*, em maio de 2007 e aspectos de natureza
41 financeira, como a descentralização da verba de custeio; distribuição das bolsas aos
42 docentes participantes e o financiamento da infraestrutura necessária por parte da
43 UFABC, uma vez que os recursos provenientes do termo de cooperação com a UAB, na
44 ordem de 217 mil reais, não foram gastos no período determinado. Por fim, coloca-se



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 04/2009

1 favorável à aprovação dos cursos, considerando, entre outros, que houve amplo debate
2 na comunidade universitária e há disponibilidade de recursos. Aponta apenas dois
3 destaques: 1) revisão do cronograma do curso TSI para início em 2010; 2) submissão do
4 material didático em desenvolvimento ao ConsEP. A professora convidada, Lúcia
5 Regina Horta Rodrigues Franco, realiza detalhada apresentação em que esclarece os
6 conceitos e aspectos legais do ensino à distância. Classifica a proposta como parte de
7 uma estratégia do MEC, que objetiva a modernização da forma de ensino, através dos
8 recursos tecnológicos existentes, de modo a potencializar o aprendizado, dinamizar as
9 aulas, porém mantendo uma parte presencial e a interação entre professor e aluno.
10 Ressalta que as bolsas não representam pagamento por hora/aula, mas sim um projeto
11 de pesquisa que o docente desenvolve para ministrar as aulas. No ensejo, comenta
12 acerca do curso de capacitação voltado aos docentes que objetiva, além da elaboração
13 de material didático diferenciado, o aprimoramento do ensino na modalidade à
14 distância. Julga que a ausência de discussão junto aos Conselhos Deliberativos na
15 UFABC, assim como nas demais universidades, ocorreu devido ao acelerado processo
16 imposto para inscrição no edital. Afirma ainda que os editais atuais foram reformulados
17 com a inclusão da exigência de aprovação nos referidos Colegiados. Conclui
18 esclarecendo os objetivos da UAB, entre eles, a concessão de recursos tecnológicos;
19 infraestrutura e recursos humanos, os quais a UFABC não poderá usufruir neste
20 momento, por não ter ingressado na UAB desde o início. Professor Fazzio agradece à
21 docente e abre para discussão. A representante discente da graduação, Fernanda, solicita
22 a reapresentação das metas de infraestrutura estabelecidas em discussões anteriores,
23 tendo em vista o intervalo entre as sessões e sua preocupação quanto à disponibilidade
24 de laboratórios para os alunos acessarem as aulas, ao que professor Guiou responde que
25 tais informações constam, de forma detalhada, nos respectivos projetos, porém
26 dependem da deliberação desta sessão. Professor Caputi questiona se a aprovação dos
27 cursos está vinculada ao compromisso da UFABC custear os 217 mil reais para
28 instalação da infraestrutura necessária. Professor Guiou afirma que tal condição ocorrerá
29 caso os cursos se iniciem nos primeiros meses de 2010. Nova negociação com o MEC
30 somente poderá ocorrer, se prorrogarmos o início para o segundo semestre. Professora
31 Lúcia complementa que parte dessa verba é destinada ao aprimoramento da
32 infraestrutura já existente e, mesmo que haja algum corte, será possível garantir a
33 qualidade dos cursos. Professor Kamienski complementa que é possível oferecer as
34 aulas com a estrutura disponível hoje na UFABC. Entende que não há obrigatoriedade
35 de ingresso na UAB, mas na hipótese de a UFABC assim o desejar, deverá fazê-lo em
36 curto prazo. Professor Fazzio enfatiza que UFABC não se comprometerá em arcar com
37 o custo mencionado e é preciso distanciar esta questão da aprovação dos cursos.
38 Considera o parecer da relatoria equivocado neste aspecto. É favorável à aprovação de
39 ambos os cursos, porém ressalva que qualquer outro de mesma natureza deve ser
40 amplamente discutido e submetido a este Conselho. Professor Caputi registra seu
41 desconforto com o fato de que as sugestões das reuniões anteriores não terem sido
42 contempladas nesta versão do documento, principalmente no tocante ao custeio na
43 ordem de 217 mil reais. Discorda do relator que o assunto obteve ampla discussão e
44 defende uma postura crítica e maiores debates quanto ao ingresso na UAB e não



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 04/2009

1 somente fazê-lo em decorrência do curto prazo para tal. Considera constrangedor
2 deliberar perante as diversas incertezas em torno do assunto. Entende que ao reconhecer
3 que houve um equívoco nos primeiros editais, tanto que nos atuais consta a exigência do
4 assunto ser aprovado nos Conselhos, o MEC deveria reconsiderar a decisão quanto à
5 liberação dos recursos para os projetos em andamento. Professor Guiou esclarece que os
6 projetos não sofreram alterações, pois a equipe envolvida possuía expectativa pela
7 obtenção da verba até esta última semana, portanto, não houve tempo hábil para
8 elaboração de novas opções. Professor Luiz Martins julga que o processo seguiu de
9 forma inversa, isto é, o edital foi aberto a todos os professores, os projetos foram
10 submetidos e aprovados sem que houvesse maiores debates acerca da modalidade do
11 curso: educação à distância. Professor Milioni agradece à professora Lúcia Regina pela
12 apresentação, manifesta apoio à proposta e conceitos da UAB e sua intenção de votar a
13 favor. Contudo, deseja registrar, de maneira respeitosa, seu descontentamento com a
14 relatoria, pelas seguintes razões: 1) ater-se ao conceito do EaD, ao passo que o maior
15 objeto de discussão é, na verdade, seu modo de execução; 2) menção da aprovação dos
16 assessores *ad hoc* e pouco detalhamento dos fatos ocorridos no âmbito da UFABC em
17 que, no primeiro momento, ambos os projetos foram negados e, após intervenção do
18 reitor, aprovados com sugestões de encaminhamento; 3) expor a questão do custeio
19 como ônus da UFABC, em decorrência da não aprovação dos projetos em tempo hábil
20 para utilização dos recursos no ano corrente, narração esta que não corresponde à
21 verdade factual. Acredita que se trata de um erro honesto, mas se reserva no direito de,
22 ao menos, discordar, já que esta informação pode induzir votos contrários. Professor
23 Milioni propõe moções para registrar a insatisfação deste Conselho pelo modo de
24 condução da proposta; pelos termos empregados pela relatoria, ambos com texto
25 bastante brando; contemplar uma possível mudança na coordenação dos projetos, com o
26 intuito de preservar o professor Guiou. Acerca da segunda moção, o pró-reitor de
27 extensão, considera um grande constrangimento ao relator e desculpa-se à reitoria e ao
28 professor Leigui. Julga que em determinados casos, o relator não tem acesso a todas as
29 informações contextualizadas, como o coordenador, o que pode gerar interpretações
30 incorretas. Professor Leigui manifesta seu desconforto com o encaminhamento. Relata
31 que sempre fez o máximo para contribuir com a UFABC e ressalta a difícil tarefa de
32 elaboração dos pareceres diante da exiguidade do prazo. Solicita que o assunto não seja
33 mais lhe encaminhado, retira seu parecer e desculpa-se pelo ocorrido, pois não foi
34 intencional. Após considerações contrárias e, por solicitação do reitor, professor Milioni
35 retira as propostas. Professor Caputi questiona se existem garantias que o ocorrido em
36 relação aos cursos não se repetirá no futuro e se há condições, neste momento, do
37 Conselho criar mecanismos para limitar esse tipo de situação, uma vez que,
38 aparentemente, existe consenso que a aprovação dos cursos e a adesão a UAB são
39 aspectos distintos, assegurando que a decisão tomada não criará vínculo com as
40 discussões e decisões sobre outros temas. Em relação ao parecer do professor Leigui,
41 professor Fazzio afirma que o mesmo possui total liberdade para elaborar seus
42 pareceres, mediante as consultas realizadas e compreende a dificuldade em relatar
43 assuntos com os quais não se está familiarizado. Esclarece que os cursos inicialmente
44 previstos para o mês de março último, não ocorreu porque a estruturação de ambos



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 04/2009

1 encontrava-se em estágio prematuro, ao que os professores Kamienski e Guiou
2 concordam. Ressalta que pretende trabalhar em parceria com os professores envolvidos
3 para viabilizar o oferecimento dos cursos, uma vez que a UFABC somente pode
4 financiar equipamentos e aparelhos destinados ao ensino presencial. Compromete-se
5 que a submissão de futuros cursos de mesma natureza seja objeto de discussão, não
6 somente nos Conselhos Deliberativos, mas em toda UFABC. Não havendo mais
7 inscritos, encaminha para votação os cursos de especialização em “Ciência e
8 Tecnologia” e “Tecnologias e Sistemas de Informação”, ambos na modalidade
9 EaD/UAB. Aprovados com 14 votos favoráveis, 1 voto contrário e 2 abstenções.
10 Professor Caputi declara que seu voto contrário deve-se à ausência de esclarecimentos
11 acerca das questões por ele levantadas. Professor Luiz Martins declara que votou a favor
12 por consideração ao trabalho de seus colegas do CECS, entretanto, sua posição é
13 contrária quanto à utilização dos recursos financeiros da UFABC para os referidos
14 cursos, neste momento. Comunicados da reitoria: 1) a Prefeitura de São Bernardo do
15 Campo deu início às reformas do Colégio Salete; 2) Informações acerca do 5º termo
16 aditivo referente à obra do *campus* de Santo André que, após assinatura, resultará em
17 um novo cronograma para a conclusão do Bloco A, em dezembro de 2009 e o
18 restaurante universitário até o final de outubro desse ano. Informa ainda, que não foram
19 efetuadas mudanças no projeto original, apenas redefinições dos laboratórios didáticos
20 em laboratórios de pesquisa e do espaço, originalmente destinado à Reitoria, que
21 abrigará a Biblioteca; 3) *campus* de Mauá – um estudo preliminar deverá ser
22 encaminhado, em breve, a este Conselho; 4) concursos docentes: até o momento, 75
23 vagas foram preenchidas, das 124 disponibilizadas; 5) a Portaria Nº 312, de 23 de
24 setembro de 2009, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
25 (MPOG), Paulo Bernardo Silva, autoriza o provimento de 1.500 cargos de professor da
26 carreira de magistério superior a todas as IFES. Comunicados dos conselheiros: 1)
27 professor Luiz Martins relata um problema ocorrido com um funcionário da empresa de
28 segurança terceirizada que acabou por ser transferido da UFABC. Dr. Reginaldo
29 esclarece que a relação jurídica de terceirização empresarial impede que a UFABC
30 interfira no caso; 2) professor Alexandre Reily comunica a abertura de dois editais para
31 concessão de bolsas de iniciação científica nos programas: PIBIC nas Ações
32 Afirmativas, PIC/UFABC e PIBIC/CNPQ (bolsas remanescentes) e Projetos
33 Voluntários. As inscrições se encerram no próximo dia 30. Solicita aos conselheiros que
34 colaborem na divulgação. Inicia-se o Expediente com o 2º item: “Recurso à
35 normatização para concessão de progressão por capacitação”. A servidora Lígia Gomes,
36 coordenadora da CIS, discorre brevemente acerca das formas de progressão funcional
37 dos servidores técnico-administrativos: mérito e capacitação. Sobre esta última, informa
38 que a legislação estabelece o interstício de 18 meses entre as progressões, porém não
39 explicita que a norma se aplica para a obtenção da primeira progressão. Desta forma, a
40 CIS iniciou um processo para o esclarecimento formal da questão junto à CGRH e
41 Ministério da Educação (MEC). Por ora, orientou os servidores a protocolarem seus
42 requerimentos na CGRH, a fim de garantir pagamento retroativo no caso de resposta
43 favorável. Entretanto, este procedimento não está sendo adotado pela CGRH. Diante da
44 ausência de parecer definitivo até o momento, optou-se pela submissão do assunto a



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 04/2009

1 este Conselho. Dr. Reginaldo informa que o tema não é de competência da UFABC e
2 que os procuradores das Universidades Federais estão impedidos de opinar a respeito de
3 matérias que versam sobre recursos humanos com repercussões financeiras, a fim de
4 não gerar divergências de regulamentação. Aconselha a criação de um sistema de
5 protocolos na UFABC e a submissão do assunto ao Ministério de Planejamento,
6 Orçamento e Gestão (MPOG). No caso de os servidores considerarem o parecer
7 insatisfatório e, havendo fundamento, é possível recorrer ao Poder Judiciário. Após
8 argumentações contrárias por parte da coordenadora da CIS, considerando ainda o
9 trâmite proposto muito demorado, Dr. Reginaldo esclarece que por tratar-se de uma
10 consulta institucional, a questão é tratada com maior agilidade, citando como exemplo
11 um caso em que o parecer foi obtido em apenas 3 meses. O coordenador-geral de
12 recursos humanos, Maurício Bianchi Wojslaw, compartilha da mesma interpretação da
13 CIS, porém a CGRH deve cumprir a orientação do MPOG e MEC. Acrescenta que
14 durante o processo para obtenção do dispositivo legal que versa sobre o assunto, se
15 basearam na Resolução nº 02 do Conselho Nacional de Supervisão (CNS), que
16 determina o cumprimento do interstício, mas a CIS não teve a mesma interpretação da
17 CGRH. Desta forma, sugere que o procurador aprecie ambas as interpretações e indique
18 a mais adequada. Não concorda com a alegação de que a CGRH se nega a protocolar os
19 certificados. Ressalta que estando o servidor com tempo de exercício inferior a 18
20 meses, o mesmo é orientado a aguardar o período remanescente. Informa ainda, que
21 todos os esclarecimentos necessários estão sendo disponibilizados aos servidores e, na
22 hipótese da normatização indicar equívoco na interpretação da legislação por parte da
23 CGRH, a mesma compromete-se a efetuar o pagamento retroativo, a partir data de
24 conclusão do curso. Professor Fazzio solicita aos conselheiros que reflitam a respeito do
25 assunto para deliberação quanto a seu encaminhamento na próxima sessão ordinária.
26 Devido ao avançado das horas, os itens: *“Proposta de Resolução para disciplinar*
27 *pedido de progressão funcional docente entre níveis de uma mesma classe”*; *“Projeto*
28 *EJA, EcoSol e Tecnologia Social (“EJA e Economia Solidária: Saber local em*
29 *desenvolvimento – um novo currículo escolar)”*; *”Curso de Especialização em*
30 *Tecnologias da Informação e Comunicação”*; *“Realização na UFABC da 4th School on*
31 *Cosmic Rays and Astrophysics”*; *“Solicitação para realização de revisão técnica de*
32 *livro por parte de professor do CMCC” e “Pesquisador colaborador na UFABC”* não
33 foram apreciados, sendo transferidos para o Expediente da próxima sessão
34 extraordinária. Como nenhum dos participantes desejasse fazer uso da palavra, o
35 magnífico reitor agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às 19h44. Do que
36 para constar, nós, Marcela dos Santos e Soraya Aparecida Cordeiro de Macedo,
37 assistentes em administração da Secretaria Geral, lavramos e assinamos a presente Ata,
38 aprovada pelo magnífico reitor, professor doutor Adalberto Fazzio, e pelos demais
39 presentes à sessão.

Soraya Aparecida Cordeiro de Macedo
Assistente em Administração

Marcela dos Santos
Assistente em Administração

Adalberto Fazzio
Reitor